

Fórum de Cultura da Bahia  
Fórum de Conselhos de Cultura da Bahia  
Comissão Estadual de Pontos de Cultura  
Fórum de Gestores Sociais da Bahia  
Fórum de Legisladores de Cultura da Bahia  
Fórum de Dirigentes de Cultura da Bahia  
Associação de Dirigentes de Cultura da Bahia  
Fórum de Espaços Culturais da Bahia

## **CARTA ABERTA DE ENTIDADES IV Encontro de Política e Gestão Culturais**

### **APRESENTAÇÃO**

Reafirmando a Política Pública do Estado da Bahia e a Cultura como um direito, conforme a Constituição Federal de 1988, nós, vozes das instâncias da sociedade civil de consulta, participação e controle social reunidas no IV Encontro de Política e Gestão Culturais, realizado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Feira de Santana, em 25 e 26 de julho de 2017, convidamos a Secretaria de Cultura, o Fórum de Legisladores, o Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, o Fórum de Espaços Culturais, o Fórum de Conselhos de Cultura da Bahia, o Fórum de Gestores Sociais e o Fórum de Cultura da Bahia a construirmos uma **Pactuação do Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura da Bahia** e da garantia da gestão democrática e permanente das Políticas de Cultura no Estado. Abaixo apresentamos algumas reivindicações que compreendemos serem prioritárias constarem nos termos desta pactuação tão desejada.

De antemão, antes de enumerarmos tais demandas, em virtude da gravidade do ocorrido e da urgência de resposta, anunciamos o nosso repúdio à ação perpetrada pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana, na gestão do prefeito José Ronaldo, hoje, dia 26 de julho de 2017, às 7h da manhã, de demolição no Centro de Abastecimento de Feira de Santana (CAF). Manifestamos o nosso apoio à resistência dos feirantes e da Associação dos Artesãos de Feira de Santana, que esteve neste encontro para denunciar e solicitar a solidariedade do conjunto de agentes culturais e autoridades do Poder Público aqui presentes. O CAF não é apenas um espaço de comercialização de produtos e geração de renda, mas também um complexo cultural onde acontece a tradicional Festa de Santa Bárbara e hoje é salvaguardado pelos instrumentos legais da Lei de Patrimônio Cultural da Bahia, através de processo aberto pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia.

### **CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL**

A precarização e desmantelamento do MINC implica no travamento de programas fundamentais ao desenvolvimento da Cultura na Bahia, a exemplo do *Bahia Criativa*, o *Cultura Viva*, etc. Diante do atual momento político de retrocessos democráticos, da perda gradativa de conquistas e do desmantelamento do sistema de direitos, com as reformas ilegítimas do governo interino, é necessário a manutenção do orçamento do Ministério da Cultura para consolidação do

Sistema Nacional, como preconizado no artigo 216-A da Constituição Brasileira. Faz-se necessário que deputados federais e senadores votem em caráter de urgência a aprovação da Lei 6722/2010 (Procultura), bem como da PEC 421/2014, de aporte de recursos federais ao Sistema Nacional de Cultura.

## **CONTEXTO POLÍTICO ESTADUAL**

É necessário estarmos juntos no combate a uma recorrente prática política gerencialista e planejada sem a participação efetiva das entidades de representação da sociedade civil. Exigimos o descontingenciamento imediato dos recursos da cultura no Estado da Bahia. Compreendemos a relevância do fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura, a aprovação da nova Lei do Fundo de Cultura, assim como a revisão do regimento da Lei de Fomento no tocante a transparência nas avaliações de mérito dos projetos do Fundo de Cultura, incluído a presença de integrantes de representações coletivas da Sociedade Civil nesse processo.

Consideramos esse evento, em ordem hierárquica, o mais significativo após a Conferência Estadual de Cultura. Conclamamos por um diálogo mais direto do Secretário de Cultura com as instâncias de participação social presentes nesse encontro. Diante da insegurança que suscita o atual cenário político, os Fóruns aqui reunidos convocam uma audiência com o atual Secretário de Estado e o Governador da Bahia na perspectiva de assegurar o 1,5% para o orçamento estadual da Cultura.

Para nós, é essencial que o Poder Público estadual garanta imediatamente a realização das reuniões dos Colegiados Setoriais, assim como a participação da sociedade civil na organização da VI Conferência de Cultura, através da criação de uma comissão designada por decreto, constituída por representantes indicados pelas entidades aqui representadas e afins.

Ademais, apresentamos aqui a necessidade premente da realização das eleições para o Conselho Estadual de Cultura, objetivando o preenchimento das 10 vagas atualmente desocupadas. Por fim, à luz do que orienta o sistema nacional, propomos que o Sistema Estadual de Cultura contemple como base o Programa *Cultura Viva*, sendo assim, reivindicamos a construção compartilhada do texto base para criação da Lei Estadual *Cultura Viva*.

## **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Entendemos que a política territorial é uma conquista do pacto federativo e do conjunto da sociedade. Porém, ainda é necessário fomentar os canais de diálogo, incentivo a participação da sociedade civil para o controle social na implementação das políticas culturais nos territórios de identidade da Bahia.

Hoje, presentes neste encontro realizado no território de identidade Portal do Sertão, firmamos o compromisso da construção de um plano emergencial a ser construído, com metas compartilhadas para desenvolvimento territorial cujo objetivo seja a dinamização do Sistema de Cultura Estadual, por exemplo, a construção das condições políticas e objetivas para criação de consórcios intermunicipais de cultura.

Consideramos também fundamental, em consonância com o Programa Municípios Culturais, a criação do Programa “Territórios Culturais”, alinhado não apenas geograficamente, mas cumprindo a efetiva ação de desenvolvimento cultural em adesão às Câmaras Técnicas dos CODETER’s e aos consórcios intermunicipais.

## **MUNICIPAL**

A relevância do fortalecimento dos Sistemas Municipais de Cultura, com destaque para a implementação do CPF da Cultura (Conselho, Plano e Fundo), é tese defendida amplamente entre os diversos agentes culturais do estado. No entanto, para fazer avançar a exequibilidade dessa política, é necessário que a SECULT amplie o acompanhamento técnico aos gestores, a quantidade de municípios a acessarem tal programa e que a política estadual de Cultura seja discutida plenamente com a efetiva participação dos representantes das instâncias municipais.

Compreendemos que os municípios devem avançar para construírem políticas que cada vez garantam mais condições de fortalecimento e manutenção da Cultura, a exemplo de políticas para a criação, proteção e assistência dos espaços culturais, onde se dá a convergência da produção cultural local. Em especial, consideramos fundamental a concretude da participação social nestes espaços e na política de modo geral. Neste sentido, solicitamos destinação de orçamento próprio para o funcionamento dos Conselhos Municipais de Cultura, assim como a aplicação de metodologias para construção de orçamento participativo para a pasta, e outras iniciativas que contemplem a diversidade cultural, a exemplo de editais municipais específicos, em especial, para comunidades tradicionais e periféricas.

Dito isso, nós, aqui reunidos, fazemos a leitura dessa CARTA ABERTA das ENTIDADES supracitadas na plenária final do IV Encontro de Gestão e Políticas Culturais da Bahia como forma de legitimar e tornar público a articulação, os anseios e reivindicações ora definidos.

Saudações culturais!!